



Relatório e Contas 2018



Handwritten signature and initials in blue ink.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Reunido o Conselho de Administração da Fundação Imaculada Conceição com a presença dos membros nomeados, Irmã Teresa Órfão Carneiro, Irmã Maria da Conceição Branco Barata e Irmã Maria Teresa Pereira Martinho, respetivamente, Presidente, Secretária e Tesoureira deste Conselho, procedeu à análise das atividades e contas referentes ao exercício findo.

O projeto educativo da Fundação Imaculada Conceição assenta nos conhecimentos provenientes das ciências da educação e da pedagogia do Evangelho.

A aspiração de fundo das Irmãs Doroteias passa por desenvolver projetos educativos que integrem na atualidade, a novidade no campo da educação de um trabalho em rede, naquilo que é mais genuíno na tradição do seu modo de educar.

A nossa Congregação no Capítulo Geral XXI colocou fortemente em relevo a identidade doroteia e chama-nos a estar dentro do nosso tempo, como tempo favorável que devemos redescobrir como oportunidade para aprofundar e *Aprender O Estilo de Vida de Jesus* através dos verbos:

AMA – VÊ – ACOLHE – ENTREGA – FALA – SERVE

- Educar é saber mudar de posição...

... de mestres especializados em testemunhas credíveis

... de massa dos indivíduos à pessoa

... da segurança do saber à precariedade do caminho

... da distância à proximidade

... da ação à compaixão

Desejamos que os nossos centros educativos sejam espaços de educação evangelizadora de todos com todos e para todos, neste ano com a dinâmica de “Aprender O Estilo de Vida de Jesus” ao jeito de Santa Paula.

A formação é um processo a promover dentro e fora da Instituição, para melhorar a qualidade do nosso serviço educativo, proporcionando a todos os que nos procuram a oportunidade de crescerem integralmente numa estreita colaboração, sendo agentes de transformação nos seus ambientes de ação.

Salientamos em relação ao exercício findo:

O resultado líquido apresenta este ano um valor positivo de 6.011,98 (seis mil onze euros noventa e oito cêntimos), contrariando o prejuízo de cerca de 26m€ verificado em 2017. Este fato deveu-se essencialmente ao aumento da rubrica de prestação de serviços, 25m€ em mensalidades de utentes e 4m€ em serviços secundários o que em termos



relativos corresponde a um aumento de cerca de 16% daquela rúbrica. Do lado dos gastos verificou-se um ligeiro aumento das rúbricas de FSE, gastos com pessoal e outros gastos, cerca de 14m€. O custo das matérias consumidas manteve-se praticamente inalterável, verificando-se inclusive uma ligeira redução. O EBITDA apresenta um valor positivo de cerca de 44m€. O V.A.B. em 2018 foi de 514m€ o que significou um aumento de cerca de 6% em relação ao ano transato.

E no nosso objetivo continuar a facultar educação de qualidade a todas as crianças, independentemente das possibilidades económicas das famílias. Existem indicações de melhoria a nível do emprego, ainda que com salários baixos.

Em relação aos principais investimentos de realçar:

- Aquisição de algum material pedagógico e didático;
- Pequenas reparações das salas de atividades, creche e jardim de infância;
- Reparação profunda do corredor do rés-do-chão;
- Reparação dos recreios exteriores;

Foi este Conselho unânime numa palavra de agradecimento a todos os colaboradores da Instituição, estando cientes de que sem a sua entrega e colaboração não seria possível atingir os objetivos propostos e conseguidos.

Foi ainda unânime, a opinião deste conselho, em aprovar as contas apresentadas.

Por último foi solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ao Secretário, que este relatório fosse transcrito para o livro de atas do conselho, passando a constar como ata da sessão de aprovação de contas.

Covilhã, 27 de março de 2019

O Conselho de Administração,

Presidente

Secretária

Tesoureira

Teresa Orfão Carneiro

Maria da Conceição
Branco Barata

Maria Teresa Pereira
Martinho

ATAS

ATA NÚMERO TREZENTOS E VINTE E OITO

---- Reunido o Conselho de Administração da Fundação Imaculada Conceição com a presença dos membros nomeados, Irmã Teresa Órfão Carneiro, Irmã Maria da Conceição Branco Barata e Irmã Maria Teresa Pereira Martinho, respetivamente, Presidente, Secretária e Tesoureira deste Conselho, procedeu à análise das atividades e contas referentes ao exercício findo. -----

---- O projeto educativo da Fundação Imaculada Conceição assenta nos conhecimentos provenientes das ciências da educação e da pedagogia do Evangelho. -----

---- A aspiração de fundo das Irmãs Doroteias passa por desenvolver projetos educativos que integrem na atualidade, a novidade no campo da educação de um trabalho em rede, naquilo que é mais genuíno na tradição do seu modo de educar. -----

---- A nossa Congregação no Capítulo Geral Vinte e Um colocou fortemente em relevo a identidade doroteia e chama-nos a estar dentro do nosso tempo, como tempo favorável que devemos redescobrir como oportunidade para aprofundar e *Aprender O Estilo de Vida de Jesus* através dos verbos: -----

----- AMA – VÊ – ACOLHE – ENTREGA – FALA – SERVE -----

---- educar é saber mudar de posição... -----

----- ... de mestres especializados em testemunhas credíveis -----

----- ... de massa dos indivíduos à pessoa -----

----- ... da segurança do saber à precariedade do caminho -----

----- ... da distância à proximidade -----

----- ... da ação à compaixão -----

---- Desejamos que os nossos centros educativos sejam espaços de educação evangelizadora de todos com todos e para todos, neste ano com a dinâmica de “Aprender O Estilo de Vida de Jesus” ao jeito de Santa Paula. -----

---- A formação é um processo a promover dentro e fora da Instituição, para melhorar a qualidade do nosso serviço educativo, proporcionando a todos os que nos procuram a oportunidade de crescerem integralmente numa estreita colaboração, sendo agentes de transformação nos seus ambientes de ação. -----

---- Salientamos em relação ao exercício findo: -----

---- O resultado líquido apresenta este ano um valor positivo de seis mil e onze euros e noventa e oito cêntimos, contrariando o prejuízo de cerca de vinte e seis mil euros verificado em dois mil e dezassete. Este facto deveu-se essencialmente ao aumento da rubrica de prestação de serviços, vinte e cinco mil euros em mensalidades de utentes e quatro mil euros em serviços secundários o que em termos relativos corresponde a um aumento de cerca de dezasseis por cento daquela rubrica. Do lado dos gastos verificou-se um ligeiro aumento das rubricas FSE, gastos com o pessoal e outros gastos, cerca de catorze mil euros. O custo das matérias consumidas manteve-se praticamente inalterável, verificando-se inclusive uma ligeira redução. O EBITDA apresenta um valor positivo de cerca de quarenta e quatro mil euros. O V.A.B. em dois mil e dezoito foi de quinhentos e catorze mil euros o que significou um aumento de cerca de seis por cento em relação ao ano transato. -----

---- É nosso objetivo continuar a facultar educação de qualidade a todas as crianças, independentemente das possibilidades económicas das famílias. Existem indicações de melhoria a nível do emprego, ainda que com salários baixos. -----

---- Em relação aos principais investimentos de realçar: -----

----- Aquisição de algum material pedagógico e didático; -----

----- Pequenas reparações das salas de atividades, creche e jardim de infância; -----

----- Reparação profunda do corredor do rés-do-chão; -----

----- Reparação dos recreios exteriores. -----

---- Foi este Conselho unânime numa palavra de agradecimento a todos os colaboradores da Instituição, estando cientes de que sem a sua entrega e colaboração não seria possível atingir os objetivos propostos e conseguidos. -----

---- Foi ainda unânime, a opinião deste conselho, em aprovar as contas apresentadas. ---

---- Por último foi solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ao Secretário, que este relatório fosse transcrito para o livro de atas do conselho, passando a constar como ata da sessão de aprovação de contas. -----

---- Covilhã, vinte e sete de março de dois mil e dezanove -----

---- Presidente Teresa Gilão Carneiros

---- Secretária Fátima da Conceição Branco Borata

---- Tesoureira Jacinta Teresa Pereira Antunes



Introdução

Prestar contas é o ato de relatar aos interessados, diretos e indiretos, a atividade da instituição no decurso de um ano. Trata-se de uma obrigação legal através da qual se avalia e justifica o dia-a-dia da entidade, a materialização dos objetivos traçados, até à justificação da execução financeira referente ao ano em relato.

A especificidade da atividade, muito exposta a financiamentos públicos, limita particularmente a sua ação, mas, por outro lado, dá uma responsabilidade acrescida na hora de prestar contas, pois trata-se de gerir dinheiros públicos.

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição e do desempenho financeiro de uma entidade. O objetivo das demonstrações financeiras de finalidades gerais é o de proporcionar informação acerca da posição e desempenho financeiro e dos fluxos de caixa, que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões. As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte da direção dos recursos a ela confiados. Para satisfazer este objetivo, as demonstrações financeiras proporcionam informação da instituição acerca do seguinte:

- a) Ativos;
- b) Passivos;
- c) Fundos patrimoniais;
- d) Rendimentos (réditos);
- e) Gastos e
- f) Outras alterações nos fundos patrimoniais.

Esta informação, juntamente com outra incluída nas notas do anexo, ajuda os utentes das demonstrações financeiras a prever os futuros fluxos de caixa da entidade e, em particular, a sua tempestividade e certeza.

A entidade está obrigada a um conjunto completo de demonstrações financeiras que inclui:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos resultados por natureza
- c) Demonstração de resultados por Valências
- d) Demonstração de fluxos de caixa,



e) Um anexo em que se divulgam as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pela NCRF-ESNL.

Pressupostos subjacentes às DF's:

Regime do acréscimo - Os efeitos das operações serem reconhecidos nos períodos em que ocorrem, sendo registados nas DF dos períodos respetivos e não quando ocorrem recebimentos e pagamentos.

Continuidade - Pressupõe-se, na preparação das DF, que a instituição opera em continuidade no presente e futuro previsível, não se prevendo qualquer redução drástica ao nível do volume das operações, nem interrupções súbitas, prolongadas, ou irreversíveis na sua atividade operacional

Características qualitativas das DF:

Compreensibilidade - A preparação das DF tem como base a necessidade de prestar informação rapidamente apreendida pelos interessados – compreensível

Relevância - A materialidade é uma característica que afeta a relevância da informação, esta além de estar associada à natureza das informações dadas, está muito dependente da materialidade. À luz do princípio da materialidade, é material o procedimento ou valor que, evidenciado, omitido ou distorcido, pode alterar o fundamento do juízo que o utente da informação pode fazer sobre o valor da entidade e suas tendências, considerando os montantes envolvidos tendo por base a própria demonstração financeira.

Assim, eventuais erros de valores contabilísticos inexpressivos considerando o todo, o princípio da materialidade não obriga a nenhuma reserva ou ênfase.

No entanto, a qualidade da informação não se obriga apenas ao princípio da materialidade, mas também da relevância, estando neste caso em causa a influência que a informação financeira pode ter na hora do utilizador da informação ter de tomar determinadas decisões.

Fiabilidade - Visa isentar as DF de erros, lacunas, imprecisões e preconceitos que afetem a correta informação aos utentes interessados. Pretende-se com este princípio que as DF sejam dignas de confiança

Representação fidedigna – As DF devem representar com fidelidade todos os acontecimentos e situações que afetam a composição e valor dos Ativos, Passivos e Fundos Patrimoniais.



Neutralidade e Prudência - Na preparação das DF deve ter-se como princípios, a neutralidade, de forma a tornar a informação fiável e a prudência, quanto ao grau de precaução no exercício dos juízos necessários à elaboração de estimativas ligadas à possibilidade de perdas associadas com diminuições de ativos ou aumentos de passivos.

Comparabilidade – Deve ser entendida como a característica da informação financeira em ser confrontada com os impactos financeiros de operações similares quer no tempo, quer no espaço. A comparabilidade no tempo leva a que, numa dada unidade, os factos sejam registados de forma consistente ao longo dos vários períodos. Desta forma, será possível acompanhar, durante a sua vida, a evolução e tendências na posição financeira e nos resultados das operações realizadas. A comparabilidade no espaço permite que a posição financeira e os resultados de uma determinada unidade possam ser confrontados com unidades com atividade equivalente e analisadas no âmbito de um sector, pelo que todas deverão adotar sistemas normalizados assentes em princípios, critérios e regras comumente aceites.

Em síntese, podemos referir que estas características, aplicadas conjuntamente com regras, princípios e critérios contabilísticos adequados, permitem a obtenção de demonstrações financeiras capazes de proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das operações do fundo patrimonial.

Na nossa perspetiva, as demonstrações financeiras, além de uma obrigação legal, são também uma peça fundamental de suporte ao relatório da direção.

Neste sentido, elaborou-se o presente documento que acompanhado do relatório da direção deixamos aqui para vossa análise e discussão.

José Damasceno

(Contabilista certificado inscrito na

Ordem dos Contabilistas Certificados sob o n.º 1589)

BALANÇO EM 31/12/2018

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.3/4	127.679,50	137.621,91
Investimentos Financeiros	3.3/5	1.388,62	941,99
Sub-Total		129.068,12	138.563,90
Ativo corrente			
Inventários	6	840,78	454,16
Créditos a receber	3.4/9.1	28.033,86	19.590,50
Estado e outros entes públicos	3.4/9.1/11.2	1.391,36	1.737,11
Diferimentos	11.3	849,36	2.553,03
Outros ativos correntes	3.4/9.1	69.999,36	69.938,64
Caixa e depósitos bancários	3.6/3.12/9.2	195.429,92	80.977,02
Outros ativos financeiros	3.13		100.000,00
Sub-Total		296.544,64	275.250,46
Total do ativo		425.612,76	413.814,36
Fundo Patrimoniais e passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11.4	64.558,33	64.558,33
Resultados transitados	11.4	258.033,70	284.113,19
Sub-Total		322.592,03	348.671,52
Resultado líquido do período	11.4	6.011,98	-26.079,49
Total do fundo patrimonial		328.604,01	322.592,03
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	3.4/9.1	1.381,77	922,79
Estado e outros entes públicos	3.4/9.1/11.2	25.691,46	24.764,55
Outros passivos correntes	3.4/9.1	69.935,52	65.534,99
Total do passivo		97.008,75	91.222,33
Total do fundo social e do passivo		425.612,76	413.814,36

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	7	213.621,63	184.847,28
Subsídios, doações e legados à exploração	7/8	387.355,83	385.642,42
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-26.143,91	-26.552,88
Fornecimentos e serviços externos	11.5	-59.294,26	-54.718,99
Gastos com o pessoal	10	-473.785,95	-464.965,20
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-8.755,52
Outros rendimentos	7	3.529,35	2.431,84
Outros gastos	11.6	-872,00	-79,85
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		44.410,69	17.849,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-38.398,64	-43.928,59
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.012,05	-26.079,49
Juros e gastos similares suportados	11.7	-0,07	
Resultado antes de impostos		6.011,98	-26.079,49
Resultado líquido do período		6.011,98	-26.079,49

Demonstração das alterações fundo patrimonial no período de 2018 e 2017

Descrição	Fundo patrimonial	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2016	64.558,33	289.068,62	-4.955,43	348.671,52
Resultado exercício de 2016		-4.955,43	4.955,43	
Outras variações				
Resultado exercício de 2017			-26.079,49	-26.079,49
Posição em 31 de Dezembro de 2017	64.558,33	284.113,19	-26.079,49	322.592,03
Resultado exercício de 2017		-26.079,49	26.079,49	
Outras variações				
Resultado exercício de 2018			6.011,98	6.011,98
Posição em 31 de Dezembro de 2018	64.558,33	258.033,70	6.011,98	328.604,01

FUNDAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS

	Rendimentos e Gastos	Pré - Escolar	Creche	ATL	Períodos	
					31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados		80.139,79	75.017,66	58.464,18	213.621,63	184.847,28
Subsídios, doações e legados à exploração		220.630,53	143.512,32	23.212,98	387.355,83	385.642,42
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-11.812,06	-9.098,59	-5.233,26	-26.143,91	-26.552,88
Fornecimentos e serviços externos		-30.600,35	-14.251,79	-14.442,12	-59.294,26	-54.718,99
Gastos com o pessoal		-231.237,50	-180.809,23	-61.739,22	-473.785,95	-464.965,20
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)						-8.755,52
Outros rendimentos		2.376,05	576,67	576,63	3.529,35	2.431,84
Outros gastos		-436,00	-218,00	-218,00	-872,00	-79,85
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		29.060,46	14.729,04	621,19	44.410,69	17.849,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-19.199,33	-9.599,66	-9.599,65	-38.398,64	-43.928,59
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.861,13	5.129,38	-8.978,46	6.012,05	-26.079,49
Juros e gastos similares suportados		-0,04	-0,01	-0,02	-0,07	
Resultado antes de impostos		9.861,09	5.129,37	-8.978,48	6.011,98	-26.079,49
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período		9.861,09	5.129,37	-8.978,48	6.011,98	-26.079,49



Fundação Imaculada Conceição

Handwritten signatures and initials.

FUNDAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período	
		31-12-2018	31-12-2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		205.179,20	178.164,82
Recebimentos de subsídios, doações e legados á exploração		387.295,11	374.295,18
Pagamentos a fornecedores		-72.436,52	-71.944,73
Pagamentos ao pessoal		-383.188,82	-388.975,49
Caixa gerada pelas operações		136.848,97	91.539,78
Outros recebimentos / pagamentos		-93.738,77	-89.325,03
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		43.110,20	2.214,75
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Ativos fixos tangíveis		-30.035,37	-20.345,20
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		100.000,00	580,06
Juros e rendimentos similares		1.378,07	1.524,89
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)		71.342,70	-18.240,25
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		114.452,90	-16.025,50
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.6/3.12/9.2	80.977,02	97.002,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.6/3.12/9.2	195.429,92	80.977,02



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number '40' and the name 'Dacck'.

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1. Designação da entidade

Fundação Imaculada Conceição

1.2. Sede

Rua Marquês D'Avila e Bolama, 140

6200-053 Covilhã

1.3. NIPC

501163204

1.4. Natureza da atividade

A Fundação Imaculada Conceição é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com objetivos de utilidade pública, com o C.A.E. principal 88910 – Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpôs a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013 aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 18 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL), aprovadas pelo DL 36 A/2011.

Os instrumentos legais do SNC-ESNL são os seguintes:

- Decreto-lei 36 A/2011 de Portaria n.º 105/2011, de 9 de março (base para a apresentação das demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de contas);



A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'M. Barros', is located in the top right corner of the page.

FUNDAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho de 2015 (Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo) que revogou o aviso 6726-B/2011 aplicável até 31/12/2015.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. Principais Políticas Contabilísticas

3.1.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação Imaculada Conceição, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros Créditos a Receber e Outras Dívidas a Pagar*”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua



Handwritten signatures and initials in blue ink.

apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

3.2 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

3.3 Ativos fixos tangíveis / investimentos financeiros

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas são as definidas no decreto regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Encontram-se registados em investimentos financeiros:

- Fundo de compensação do trabalho para os funcionários admitidos a partir de 01/10/2013, valorizado pelo custo.
- Fundo de Reestruturação do Sector Solidário, que se destina a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das IPSS, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.



[Handwritten signatures]

Foram considerados os seguintes períodos de vida útil para cálculo das reintegrações do período:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento Básico	entre 4 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

3.4 Dívidas de terceiros, fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas de terceiros, a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.5 Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

3.6 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

3.7 Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salário, subsídio de alimentação, diuturnidades, abono para falhas, subsídio de transporte subsídio de férias e de Natal.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido

3.8 Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.9 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas não foram efetuados juízos de valor nem estimativas, nem foram utilizados pressupostos capazes de afetar as quantias relatadas de ativos e passivos, ou as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.10 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Fundação Imaculada Conceição.

3.11 Fluxos de caixa

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Fundação Imaculada Conceição.

3.12 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2018	31-12-2017
Caixa (*)	11	3.346,47	2.891,46
Depósitos à ordem	12	2.083,45	39.085,56
Depósitos a prazo	13	190.000,00	39.000,00
Total		195.429,92	80.977,02

(*) - Valores guardados em cofre para pequenas despesas e valores recebidos depositados no mês seguinte.

3.13 Ativos financeiros detidos para negociação

O montante incluído nesta rubrica corresponde ao valor das ações da Garval.

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
CGD 2008/2018 EMI		100.000,00
Investimentos Financeiros		100.000,00

4 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	31-12-2018
Edifícios e outras construções	596.106,80	25.189,35	621.296,15
Equipamento básico	52.522,20		52.522,20
Equipamento de transporte	14.588,35		14.588,35
Equipamento de Administrativo	26.843,44	3.266,88	30.110,32
Outros ativos tangíveis	12.191,31		12.191,31
Ativo tangível bruto	702.252,10	28.456,23	730.708,33
Depreciações acumuladas	564.630,19	38.398,64	603.028,83
Ativo tangível líquido	137.621,91	66.854,87	127.679,50

5 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano de 2013 tornou-se obrigatória a constituição de um fundo de compensação do trabalho para os funcionários admitidos a partir de 01/10/2013, registado numa conta de investimentos financeiros e valorizado pelo custo. O mapa que se segue reflete as aplicações efetuadas.

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
FCT	1.242,32	795,69
FRSS	146,30	146,30
Investimentos Financeiros	1.388,62	941,99

6 INVENTÁRIOS

Apresenta-se no quadro seguinte a variação das existências consumidas:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017	Variação
Saldo inicial	454,16	457,70	-
Compras	26.530,53	26.549,34	-0,07%
Saldo final	840,78	454,16	-
Gasto no exercício	26.143,91	26.552,88	-1,54%

7 RENDIMENTOS (Rédito e Ganhos)

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

Descrição	Período		Variação
	31-12-2018	31-12-2017	
Prestação de serviços	213.621,63	184.847,28	
Mensalidades / matriculas	201.292,62	176.220,28	14,23%
Serviços secundários	12.329,01	8.627,00	42,91%
Subsídios à exploração	379.525,83	378.802,42	
Do estado e outros entes publicos	379.525,83	378.802,42	
ISS, IP - Segurança Social	379.525,83	378.802,42	0,19%
Doações e heranças	7.830,00	6.840,00	
Doações	7.830,00	6.840,00	14,47%
Outros rendimentos	2.151,28	906,95	
Rendimentos suplementares	1.342,68	860,00	56,13%
Descontos de pronto pagamento	47,90	46,95	2,02%
Outros	760,70		
Juros e rendimentos similares	1.378,07	1.524,89	
Juros obtidos	1.378,07	1.524,89	-9,63%
Total	604.506,81	572.921,54	5,51%

8 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A contabilização dos subsídios à exploração é feita da seguinte forma:

- Os subsídios são contabilizados de acordo com o período a que o gasto corresponde
- No caso dos subsídios recebidos da segurança social são registados mensalmente de acordo com a sua atribuição.

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS, IP - Segurança Social	379.525,83	378.802,42
- Acordos de Cooperação - Participação	309.526,47	297.706,86
- Compensação Remunerações Educadoras	69.999,36	81.095,56
Doações	7.830,00	6.840,00
Total	387.355,83	385.642,42

9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

9.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Ativo		
Clientes / Utentes	28.033,86	19.590,50
Estado e outros entes públicos	1.391,36	1.737,11
Outras ativos correntes	69.999,36	69.938,64
Diferimentos	849,36	2.553,03
Total do ativo	100.273,94	93.819,28
Passivo		
Fornecedores	1.381,77	922,79
Estado e outros entes públicos	25.691,46	24.764,55
Outras passivos correntes	69.935,52	65.534,99
Total do passivo	97.008,75	91.222,33



FUNDAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO

9.2 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Caixa	3.346,47	2.891,46
Depósitos à ordem	2.083,45	39.085,56
Depósitos a prazo	190.000,00	39.000,00
Total	195.429,92	80.977,02

10 Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes nos dois exercícios em análise:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2018	31-12-2017	
Remunerações do pessoal	382.445,92	374.353,90	2,16%
Encargos sobre remunerações	83.273,67	83.140,87	0,16%
Seguros acidentes trabalho	4.780,82	4.746,75	0,72%
Outros gastos com o pessoal	3.285,54	2.723,68	20,63%
Total	473.785,95	464.965,20	1,90%

Número médio de funcionários	30	30
-------------------------------------	-----------	-----------

A variação teve como principal fator o aumento do ordenado mínimo e atualizações salariais.

11 Outras informações

11.1 Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

11.2 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Ativos		
Imposto sobre o valor acrescentado	1.391,36	1.737,11
Total	1.391,36	1.737,11
Passivos		
Retenção impostos sobre o rendimento	6.816,00	6.809,00
Contribuições para a segurança social	18.017,41	17.096,40
Penhoras Vencimento	821,28	821,28
FCT/FGCT	36,77	37,87
Total	25.691,46	24.764,55

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Seguros	849,36	2.553,03
Total	849,36	2.553,03

11.4 Fundo patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de fundo patrimonial apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Fundo Patrimonial	64.558,33	64.558,33
Resultados transitados	258.033,70	284.113,19
Resultado liquido do período	6.011,98	-26.079,49
Total	328.604,01	322.592,03

11.5 Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2018	31-12-2017	
Trabalhos especializados	22.697,24	15.622,31	45,29%
Vigilância e segurança	583,82	198,03	194,81%
Honorários		240,00	-
Comissões	863,11	723,47	19,30%
Conservação e reparação	2.567,52	5.398,10	-52,44%
Serviços bancários	468,75	522,87	-10,35%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	1.368,87	617,18	121,79%
Artigos para oferta		24,45	-
Material escritório	1.289,33	2.670,76	-51,72%
Material didático	1.827,29	1.959,09	-6,73%
Eletricidade	6.908,89	8.883,89	-22,23%
Combustíveis	2.710,01	1.997,31	35,68%
Água	6.011,64	5.347,30	12,42%
Deslocações e estadas	4.123,27	2.276,05	81,16%
Rendas e alugueres	125,64	125,64	-
Comunicação	1.298,68	1.657,34	-21,64%
Seguros	2.298,50	1.036,21	121,82%
Contencioso e notariado	43,70	3,90	-
Limpeza, higiene e conforto	3.532,45	5.271,92	-32,99%
Outros Serviços	575,55	143,17	302,00%
Total	59.294,26	54.718,99	8,36%



11.6 Outros gastos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de outros gastos e perdas apresentava a seguinte decomposição:

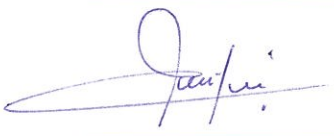



Descrição	Período		Variação
	31-12-2018	31-12-2017	
Impostos		7,82	-100,00%
Correcções relativas a períodos anteriores			-
Quotizações	872,00	72,00	1111,11%
Outros		0,03	-
Total	872,00	79,85	992,05%

11.7 Gastos de financiamento

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de gastos e perdas de financiamento apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2018	31-12-2017	
Gastos de financiamento			
Juros suportados com financiamentos obtidos	0,07		
Total	0,07		

Covilhã, 27 de março de 2019

Contabilista certificado	Presidente	Secretária	Tesoureira
			
José Damasceno	Teresa Orfão Carneiro	Maria da Conceição Branco Barata	Maria Teresa Pereira Martinho



Parecer do Conselho Fiscal

Em cumprimento do estabelecido da alínea b) do art.º 26º secção II, capítulo II dos Estatutos, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Parecer sobre o Relatório e Contas da Gerência relativa ao exercício do ano de 2018.

Do exame efetuado constatou:

As contas denotam com clareza e fidelidade as receitas e despesas, encontrando-se devidamente registadas na contabilidade.

Conclusão: O Conselho Fiscal emite parecer favorável à aprovação das contas realçando a colaboração prestada, quer pela comunidade das Irmãs, sempre dinâmica e empreendedora, quer pelos técnicos ao seu serviço.

Pelo que, propomos ao Conselho de Administração:

Que APROVE as Contas e Relatório correspondentes ao Exercício/Gerência do Ano 2018.

Que APROVE um VOTO DE LOUVOR ao Conselho de Administração pelo dinamismo colocado em mais este mandato.

Não havendo mais assuntos a tratar encerrou-se esta reunião, da qual foi elaborada a presente Ata.

Covilhã, 27 de Março de 2019

O Conselho Fiscal

Presidente, Maria Manuel Campos Oliveira

1.º Vogal, Maria Otilia de Melo Fernandes

2º. Vogal, Maria da Conceição Rodrigues dos Santos

(Está conforme o original na pasta de contas, devidamente arquivado nesta Instituição)

ACTAS

ACTA NÚMERO QUARENTA E QUATRO

---- Em cumprimento do estabelecido da alínea b) do artigo vigésimo sexto secção dois, capítulo dois dos Estatutos, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Parecer sobre o Relatório e Contas da Gerência relativa ao exercício do ano de dois mil e dezoito.-----

---- Do exame efetuado constatou: -----

---- As contas denotam com clareza e fidelidade as receitas e despesas, encontrando-se devidamente registadas na contabilidade. -----

---- Conclusão: O Conselho Fiscal emite parecer favorável à aprovação das contas realçando a colaboração prestada, quer pela comunidade das Irmãs, sempre dinâmica e empreendedora, quer pelos técnicos ao seu serviço. -----

---- Pelo que, propomos ao Conselho de Administração: -----

---- Que APROVE as Contas e Relatório correspondentes ao Exercício/Gerência do Ano dois mil e dezoito. -----

---- Que APROVE um VOTO DE LOUVOR ao Conselho de Administração pelo dinamismo colocado em mais este mandato. -----

---- Não havendo mais assuntos a tratar encerrou-se esta reunião, da qual foi elaborada a presente Ata. -----

---- Covilhã, vinte e sete de março de dois mil e dezanove -----

---- O Conselho Fiscal -----

---- Presidente Maria Manuel Campos Oliveira

---- 1ª Vogal Juana Aldeia de Azeite Fernandes

---- 2ª Vogal Cecília da Conceição Rodrigues dos Santos